



TESOURO NACIONAL

**RGF
2025**

2º
Quadrimestre

Brasília
Setembro de 2025

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal



Brasília, de setembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o segundo quadrimestre de 2025, se encerra em 30 de setembro do exercício corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade,

submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a agosto de 2025.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1	– Demonstrativo de Despesa com Pessoal, 5
Anexo 2	– Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, 9
Anexo 3	– Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 11
Anexo 4	– Demonstrativo das Operações de Crédito, 12
Anexo 6	– Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, 13
Nota técnica	– Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 14

Metodologia disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/metodologia-do-relatorio-de-gestao-fiscal-rgf>.

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANERO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.643.410	23.438.679	35.094.807	26.223.791	24.747.991	22.559.479	23.733.081	28.665.676	25.495.976	34.396.362	30.831.556	26.284.870	325.115.679	1.100.503
Pessoal Ativo	12.334.970	12.400.380	18.674.763	15.155.816	12.728.136	12.427.099	12.317.329	15.463.234	13.554.153	17.081.568	16.711.632	14.453.738	173.302.817	915.269
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.552.249	10.647.902	15.659.426	13.168.689	11.013.829	10.713.704	10.506.340	13.280.508	11.554.560	15.069.850	14.685.738	12.386.247	149.238.841	518.798
Obrigações Patronais	1.782.721	1.752.478	3.015.337	1.987.127	1.714.307	1.713.395	1.811.89	2.182.726	1.999.593	2.011.718	2.025.894	2.067.491	24.063.976	396.471
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.241.766	10.953.784	16.338.332	10.927.951	12.005.489	10.028.854	11.337.358	13.121.253	11.862.994	17.218.760	14.036.418	11.745.265	150.818.225	159.174
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.323.625	7.012.611	10.556.517	7.055.005	7.695.905	6.527.898	7.392.405	8.826.811	7.673.838	11.208.058	9.315.398	7.633.412	98.221.484	116.151
Pensões	3.918.141	3.941.173	5.781.815	3.872.946	4.309.584	3.500.956	3.944.953	4.294.442	4.189.156	6.010.702	4.721.020	4.111.852	52.596.740	43.023
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	66.674	84.515	81.712	140.024	14.365	103.526	78.393	81.188	78.829	96.035	83.507	85.868	994.637	26.060
Despesa com Pessoal não Executada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.963.324	3.549.270	4.528.882	3.041.994	4.658.250	4.085.364	3.801.839	3.877.883	4.010.136	5.201.371	9.466.262	4.486.627	54.671.203	296.051
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	3.1811	29.695	128.180	20.966	21.624	65.279	300.704	93.394	36.725	36.889	65.601	73.088	903.955	1.092
Decorrentes de Decisão Judicial	863.423	473.543	360.040	323.178	112.270	244.985	316.972	373.686	238.987	284.353	6.036.224	1.199.569	10.827.232	195.163
Despesas de Exercícios Anteriores	21.072	35.941	58.220	45.002	77.268	44.631	47.051	56.384	41.276	39.490	37.303	46.916	550.554	66.783
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.047.018	3.010.091	3.982.442	2.652.847	4.447.088	3.730.469	3.137.112	3.354.419	3.693.147	4.840.639	3.327.134	3.167.055	42.389.461	33.014
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.680.086	19.889.409	30.565.925	23.181.797	20.089.741	18.474.115	19.931.242	24.787.793	21.485.840	29.194.991	21.365.295	21.798.244	270.444.477	804.452
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													VALOR	% SOBRE A RCL
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IIIb)													1518.925.094	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100													271.248.929	-
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%													575.672.611	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%													546.888.980	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 34,1%													518.105.350	34,10%
FONTE: SIAFI - STN/C/CONT/GEINF														

1 O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9% destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

- a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
- b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611/GSCON/SPC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.
- d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.
- e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.
- f) Em conformidade com o parecer Sei nº 3974/2024/MF deixaram de ser computadas as despesas com a Rede Sarah.
- g) Em 2025, a União alterou a classificação organizacional e programática das despesas de inativos e pensionistas civis dos ex-territórios do Amapá e Roraima. Os dados do SIAFI conseguem segregar apenas as despesas com os inativos, pensionistas e reservistas militares dos ex-territórios.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

JANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF,art.55, inciso I,alínea "a")														R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ²													INSCRITAS EM RPNP
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	52.406	52.532	78.814	53.148	25.184	25.209	24.727	24.848	24.714	37.361	429.060	79.547	907.550	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	52.406	52.532	78.814	53.148	25.184	25.209	24.727	24.848	24.714	37.361	429.060	79.547	907.550	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	35.098	35.173	52.956	35.645	21.791	21.793	21.348	21.471	21.323	31.953	313.927	61.199	673.678	0
Pensões	17.308	17.359	25.858	17.503	3.393	3.415	3.379	3.377	3.391	5.409	115.133	18.347	233.873	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	39.551	47.787	18.993	7.010	600	659	235	402	285	235	1.032	529	117.319	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	363	423	0	167	50	0	427	246	1.676	0
Decorrentes de Decisão Judicial	19	19	19	19	0	0	0	0	0	0	263	38	380	0
Despesas de Exercícios Anteriores	258	236	237	236	236	236	235	235	235	234	341	245	2.965	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	39.274	47.533	18.737	6.755	0	0	0	0	0	0	0	0	112.298	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I- II)	12.855	4.744	59.821	46.138	24.584	24.549	24.492	24.447	24.429	37.127	428.028	79.018	790.231	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													1.518.925.094	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													790.231	-
%da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII/ IV) * 100														0,052%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001)¹													2.566.983	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%													2.438.634	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,152%													2.310.285	0,152%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

² do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R\$ 212.614 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R\$ 136.730 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

JANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ²													INSCRITAS EM
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.425	36.422	54.740	36.544	15.851	15.639	15.863	15.710	15.915	23.550	291.109	53.088	610.856	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	36.425	36.422	54.740	36.544	15.851	15.639	15.863	15.710	15.915	23.550	291.109	53.088	610.856	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	26.449	26.311	39.447	26.428	13.349	13.102	13.220	13.104	13.226	19.635	227.495	42.331	474.096	0
Pensões	9.976	10.111	15.293	10.116	2.502	2.537	2.644	2.606	2.689	3.914	63.614	10.757	136.759	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	81	60	56	60	154	69	63	63	109	40	478	82	1.314	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	114	0	0	0	65	0	0	0	179	0
Decorrentes de Decisão Judicial	56	60	56	60	40	63	63	63	40	40	343	80	963	0
Despesas de Exercícios Anteriores	24	0	0	0	0	6	0	0	4	0	135	2	171	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	36.344	36.363	54.684	36.484	15.697	15.570	15.800	15.647	15.806	23.510	290.631	53.006	609.542	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			1518.925.094	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			609.542	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				0,040%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹			1.503.736	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%			1.428.549	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,089%			1.353.362	0,089%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

² do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R\$ 142.882 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R\$ 94.475 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

JANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														INSCRITAS EM
	(Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	RPNP (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.265.064	1.809.496	1.593.890	1.419.070	1.561.627	1.769.825	1.670.298	717.953	2.518.140	1.842.431	1.605.841	1.608.506	19.382.139	24.466	
Pessoal Ativo	691.095	671.485	813.207	938.299	780.758	907.875	807.387	316.653	1.209.985	832.244	747.279	751.291	9.467.558	21.808	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	672.292	652.670	775.040	917.226	760.084	887.468	786.823	296.119	1.189.526	814.059	726.865	730.905	9.209.077	19.543	
Obrigações Patronais	18.803	18.816	38.167	21.073	20.674	20.407	20.564	20.534	20.458	18.185	20.414	20.386	258.481	2.265	
Pessoal Inativo e Pensionistas	573.968	1.138.010	780.683	480.771	780.869	861.950	862.910	401.299	1.308.155	1.010.187	858.562	857.214	9.914.580	2.657	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	485.710	1.011.490	660.792	406.282	691.131	753.369	754.604	326.531	1.167.720	872.510	751.190	749.677	8.631.007	1.152	
Pensões	88.258	126.521	119.891	74.489	89.738	108.581	108.306	74.769	140.435	137.677	107.372	107.537	1.283.574	1.505	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	106.383	121.671	137.057	186.747	88.588	135.459	113.014	105.413	130.388	125.694	103.684	113.850	1.467.949	1.892	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	35.539	52.131	41.790	102.276	42.128	60.371	40.319	32.284	58.726	53.511	34.870	37.068	591.013	1.830	
Decorrentes de Decisão Judicial	105	100	103	120	110	109	104	105	112	111	108	109	1.295	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	145	3	3	1.782	3	26	3	1.160	2	80	1.006	1.540	5.752	43	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	70.594	69.437	95.161	82.570	46.348	74.954	72.589	71.864	71.548	71.992	67.700	75.133	869.889	20	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.158.681	1.687.825	1.456.833	1.232.322	1.473.039	1.634.366	1.557.283	612.540	2.387.751	1.716.737	1.502.156	1.494.655	17.914.189	22.573	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													15.18.925.094	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)													17.936.762	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														1,18%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)													33.416.352	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%													31.745.534	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,98%													30.074.717	1,980%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GEINF

¹O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

JANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ milhares	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.967.635.161	10.425.698.272	11.006.814.523
Dívida Mobiliária	9.774.068.510	10.253.578.543	10.865.117.555
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019) ¹	95.195.050	0	0
Dívida Contratual	91.929.539	98.057.941	88.462.496
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	522.622	67.560.388	45.765.946
Demais	5.919.441	6.501.401	7.468.525
DEDUÇÕES (II) *	2.857.925.135	3.064.409.405	3.266.823.561
Ativo Disponível	1.627.514.230	1.737.630.506	1.867.880.881
Haveres Financeiros	1.360.404.966	1.501.009.325	1.526.668.872
(-) Restos a Pagar Processados ²	-129.994.061	-174.230.426	-127.726.192
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	7.109.710.026	7.361.288.867	7.739.990.962
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.430.035.654	1.486.166.039	1.518.925.094
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	697,02%	701,52%	724,64%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	497,17%	495,32%	509,57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % > ³	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.489.830.573	2.456.000.037	2.440.875.122
RPPS Civil	1.558.348.331	1.558.348.331	1.558.348.331
Despesas Previdenciárias do FCDF	88.655.091	88.655.091	88.655.091
Millitares Inativos ⁴	488.672.504	468.961.227	461.987.655
Pensões Militares	354.154.647	340.035.388	331.884.045

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹ "Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais (STN, 2022, p. 593) preconizar que as obrigações decorrentes do relacionamento entre União e Banco Central do Brasil constituírem Dívida Mobiliária, tal caracterização é constatada apenas se e quando ocorre a emissão efetiva de títulos públicos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelece o § 5º do art. 4º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Enquanto não há a efetiva emissão, as obrigações em questão são apresentadas de maneira segregada à linha "Dívida Mobiliária."

² O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2024.

³ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

⁴ Tendo em vista que o passivo atuarial dos militares inativos foram realizados em contas que compõem, também, as pensões militares, o passivo anterior de Militares Inativos foi repetido e excluído da linha Pensões Militares.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalJANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares	
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.967.635.161	10.425.698.272	11.006.814.523
Dívida Mobiliária	9.774.068.510	10.253.578.543	10.865.117.555
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	6.958.206.651	7.303.987.127	7.837.793.949
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-2.695.461	-2.512.880	-2.552.335
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.517.512.689	2.692.235.822	2.774.385.516
Dívida Securitizada	7.418.345	6.485.249	6.953.353
Dívida Mobiliária Externa	293.626.286	253.383.225	248.537.072
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019)	95.195.050	0	0
Dívida Contratual	91.929.539	98.057.941	88.462.496
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	522.622	67.560.388	45.765.946
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	1.922.411	1.804.944	1.737.006
Outras Dívidas	3.997.030	4.696.457	5.731.520
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	3.997.030	4.696.457	5.731.520
Demais Dívidas	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.857.925.135	3.064.409.405	3.266.823.561
Ativo Disponível	1.627.514.230	1.737.630.506	1.867.880.881
Depósitos do TN no BCB	1.623.491.188	1.733.916.067	1.864.145.165
Depósitos à Vista	4.023.042	3.714.440	3.735.716
Arrecadação a Recolher	0	0	0
Haveres Financeiros	1.360.404.966	1.501.009.325	1.526.668.872
Aplicações Financeiras	544.758.653	673.665.565	680.917.747
Disponibilidades do FAT	503.916.800	519.158.921	530.597.212
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado*	40.841.853	154.506.645	150.320.535
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	727.039.483	740.057.224	761.373.547
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	618.522.265	625.019.359	637.355.143
Créditos da Lei nº 8.727/93	3.944.458	3.888.825	3.782.262
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	1.348.145	1.142.297	1.242.899
Demais Dívidas Renegociadas	189.808.048	198.687.220	210.495.277
Ajustes para Perdas	-86.583.433	-88.680.477	-91.502.033
Demais Ativos Financeiros	88.606.830	87.286.535	84.377.577
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0
Outros Créditos Bancários	93.766.981	92.073.212	89.197.686
Ajustes para Perdas	-5.160.151	-4.786.677	-4.820.108
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-129.994.061	-174.230.426	-127.726.192
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	7.109.710.026	7.361.288.867	7.739.990.962
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.430.035.654	1.486.166.039	1.518.925.094
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	697,02%	701,52%	724,64%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	497,17%	495,32%	509,57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <=>	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.489.830.573	2.456.000.037	2.440.875.122
RPPS Civil	1.558.348.331	1.558.348.331	1.558.348.331
Despesas Previdenciárias do FCDF	88.655.091	88.655.091	88.655.091
Militares Inativos	488.672.504	468.961.227	461.987.655
Pensões Militares	354.154.647	340.035.388	331.884.045

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

* Nota: O valor da coluna "Saldo do Exercício Anterior" apresentado difere em R\$ 753.453,50 do valor publicado no DOU e homologado no Siconfi no RGF do 3º quadrimestre de 2024, devido aos registros efetuados por esta Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT/STN), após a publicação do RGF, para ajustes na Reserva de Reavaliação por classe de imóvel, conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024-Plenário.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalJANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ milhares		R\$ milhares
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
AOS ESTADOS (I)	240.499.941	228.949.842		227.621.891
Em Operações de Crédito Externas	137.346.457	127.853.236		121.876.369
Em Operações de Crédito Internas	103.153.484	101.096.606		105.745.522
AOS MUNICÍPIOS (II)	56.385.712	55.416.941		55.620.404
Em Operações de Crédito Externas	31.673.956	29.279.543		28.427.503
Em Operações de Crédito Internas	24.711.755	26.137.398		27.192.901
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	36.972.437	34.588.421		34.719.288
Em Operações de Crédito Externas	31.973.769	29.701.070		29.940.508
Em Operações de Crédito Internas	4.998.668	4.887.351		4.778.781
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽¹⁾	20.975.246	18.269.891		17.473.046
FGTS - BNDES ⁽²⁾	764.938	641.035		516.484
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	15.588.282	13.371.377		13.129.471
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC	0	0		0
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal	0	0		0
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	0	0		0
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	23.186	0		0
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	533.875	477.803		516.418
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.580.776	2.565.800		2.543.246
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ⁽²⁾	1.484.189	1.213.876		767.426
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	354.833.335	337.225.094		335.434.629
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.430.035.654	1.486.166.039		1.518.925.094
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	24,81%	22,20%		22,08%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	858.021.393	891.699.623		911.355.057
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	772.219.253	802.529.661		820.219.551

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
DOS ESTADOS (VII)	240.499.941	228.949.842		227.621.891
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.346.457	127.853.236		121.876.369
Em Garantia às operações de Crédito Internas	103.153.484	101.096.606		105.745.522
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	56.385.712	55.416.941		55.620.404
Em Garantia às operações de Crédito Externas	31.673.956	29.279.543		28.427.503
Em Garantia às operações de Crédito Internas	24.711.755	26.137.398		27.192.901
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	12.646.705	12.556.332		12.297.800
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.832.930	9.786.483		9.572.838
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.813.775	2.769.848		2.724.962
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0		
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	309.532.357	296.923.114		295.540.095

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF e CODIV

¹⁾ A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.²⁾ Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

JANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ milhares	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR		
	No 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	714.670.203	1.771.948.270	
Mobiliária	714.132.200	1.771.224.272	
Interna	698.723.273	1.741.333.345	
Refinanciamento	546.414.525	1.275.687.442	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Internas - Orçamentárias	152.308.748	465.645.902	
Outras Internas - Extraorçamentárias	0	0	
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	0	0	
Aporte em Empresas	0	0	
Trocas e Demais Operações Internas	0	0	
Externa	15.408.927	29.890.927	
Refinanciamento	3.641.440	11.123.298	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0		
Outras Operações Mobiliárias Externas	11.767.487	18.767.629	
Contratual	538.002	723.998	
Interna	0	0	
Abertura de Crédito	0	0	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Operações Contratuais Internas	0	0	
Externa	538.002	723.998	
Abertura de Crédito - Orçamentárias	538.002	723.998	
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Operações Contratuais Externas	0	0	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		1.518.925.094	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)		–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)		1.309.111.459	86,19%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹		1.309.111.459	86,19%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas		0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹		0	0,00%
Concessão de Garantias ²		0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)		462.836.811	30,47%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS ³		911.355.057	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA		–	–
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI			

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de menos R\$ 19.398,71 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

JANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2025

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		1.518.925.094	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO			
Despesa Total com Pessoal - DTP		271.248.929	17,858%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%		575.672.611	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		546.888.980	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%		518.105.350	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ			
Despesa Total com Pessoal - DTP		790.231	0,052%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		2.566.983	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%		2.438.634	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%		2.310.285	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA			
Despesa Total com Pessoal - DTP		609.542	0,040%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		1.503.736	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%		1.428.549	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%		1.353.362	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		17.936.762	1,181%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		33.416.352	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		31.745.534	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%		30.074.717	1,980%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		7.739.990.962	509,57%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		335.434.629	22,08%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%		911.355.057	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)		462.836.811	30,47%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%		911.355.057	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

JANAINA LUCAS RIBEIRO
Secretária Federal de Controle Interno Substituta

NOTA TÉCNICA - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2025, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	240.499.940,55	228.949.841,58	227.621.890,98	
Em Operações de Crédito Externas	137.346.456,93	127.853.235,57	121.876.368,52	
Em Operações de Crédito Internas	103.153.483,62	101.096.606,01	105.745.522,46	
AOS MUNICÍPIOS (II)	56.385.711,56	55.416.940,76	55.620.404,01	
Em Operações de Crédito Externas	31.673.956,08	29.279.542,51	28.427.502,79	
Em Operações de Crédito Internas	24.711.755,48	26.137.398,25	27.192.901,22	
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	27.604.814,69	25.208.729,86	25.537.384,41	
Em Operações de Crédito Externas	22.606.146,37	20.321.378,86	20.758.603,89	
Em Operações de Crédito Internas	4.998.668,32	4.887.351,00	4.778.780,52	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	
Em Operações de Crédito Externas	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	333.858.088,96	318.955.203,66	317.961.583,06	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	240.499.940,55	228.949.841,58	227.621.890,98	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.346.456,93	127.853.235,57	121.876.368,52	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	103.153.483,62	101.096.606,01	105.745.522,46	
DOS MUNICÍPIOS (VII)	56.385.711,56	55.416.940,76	55.620.404,01	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	31.673.956,08	29.279.542,51	28.427.502,79	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	24.711.755,48	26.137.398,25	27.192.901,22	
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	3.279.083,16	3.176.640,39	3.115.896,13	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	465.307,73	406.791,93	390.934,16	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.813.775,43	2.769.848,46	2.724.961,97	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	309.532.357,43	296.923.114,19	295.540.094,78	

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total

honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2025 a 31/08/2025.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

a) Garantias concedidas em operações de crédito para estados no Regime de Recuperação Fiscal – RRF:

- 2.1.7.7.1.05.01 para provisões de curto prazo;
- 2.2.7.7.1.05.01 para provisões de longo prazo.

As garantias concedidas em operações de crédito para estados no RRF também estão registradas nas seguintes contas contábeis:

- 8.9.9.9.1.33.01 para provisões de garantias internas; e
- 8.9.9.9.1.33.02 para provisões de garantias externas.

b) Demais garantias:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas;
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas;
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Conforme disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito compõem o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal e são classificados por tipo de mutuário (estados, municípios e entidades controladas) e por tipo de dívida (externa ou interna).

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/08/2025 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 2º Quadrimestre de 2025, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 317,96 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 180,24 bilhões, equivalente a 56,69% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 137,72 bilhões, 43,31% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou uma redução no valor de R\$ 993,62 milhões (-0,31%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se um aumento de R\$ 5,60 bilhões (4,24%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu uma queda de R\$ 6,59 bilhões (-3,53%) durante o 2º Quadrimestre de 2025.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstas nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1						Valores em Reais 1,00		
DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	
Externa				22.140.838.643,39	19.914.586.933,06	20.367.669.725,64		
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				22.140.838.643,39	19.914.586.933,06	20.367.669.725,64		
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente								
BID1608/OC-BR	23/09/05	USD	1.000.000.000,00	387.018.750,00	176.900.000,00	169.575.000,00		
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	1.161.056.250,00	884.500.000,00	847.875.000,00		
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	1.569.571.875,04	1.395.174.999,99	1.395.175.000,01		
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	1.965.600.000,03	1.965.599.999,96	1.801.800.000,04		
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	3.980.764.285,61	3.537.999.999,89	3.391.499.999,89		
BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	4.644.225.000,00	4.245.600.000,00	4.069.800.000,00		
BID5115/OC-BR	05/06/23	USD	750.000.000,00	4.644.225.000,00	4.245.600.000,00	4.069.800.000,00		
NDB - 20BR04	06/12/2023	USD	1.200.000.000,00	1.876.266.900,00	1.715.222.400,00	1.644.199.200,00		
NDB - 21BR02	06/12/2023	USD	500.000.000,00	1.865.430.375,00	1.705.316.000,00	1.634.703.000,00		
FIDA2000003939	24/10/2023	USD	30.000.000,00	11.653.283,18	10.653.053,86	10.211.936,73		
FIDA2000003940	24/10/2023	USD	65.000.000,00	35.026.924,53	32.020.479,36	30.694.588,97		
BID5452/OC-BR	01/07/2025	USD	240.000.000,00	-	-	1.302.336.000,00		
BID5453/TC-BR	01/07/2025	USD	10.000.000,00	-	-	-		
JICA BZ-P21	23/06/2025	JPY	30.000.000.000,00	-	-	-		
Interna				2.184.892.889,97	2.117.502.543,37	2.053.818.551,29		
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				2.184.892.889,97	2.117.502.543,37	2.053.818.551,29		
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente								
BNDES - 2010578	14/04/2010	BRL	5.916.460.013,00	469.870.348,54	452.731.337,73	436.341.970,90		
BNDES - 2010589	30/11/2010	BRL	4.000.000.000,00	1.715.022.541,43	1.664.771.205,64	1.617.476.580,39		
TOTAL INTERNA E EXTERNA				24.325.731.533,36	22.032.089.476,43	22.421.488.276,93		

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2025 são elencadas no Anexo III.

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2025	CFA012565	CAF	Mun. Salvador/BA	14/03/25	USD	125.000.000,00	Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador/BA

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2025	BIRD9467-BR	BIRD	Banco do Brasil	21/03/25	USD	500.000.000,00	Investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.
2025	CFA012596	CAF	Mun. Uberaba/MG	16/04/25	USD	72.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Recursos Hídricos - DESENVOLVE UBERABA.
2025	BID5873/OC-BR	BID	Mun. São Paulo/SP	23/04/25	USD	60.000.000,00	Programa A Educação Paulistana Pode Mais
2025	BID5868/OC-BR	BID	Est. Tocantins	13/05/25	USD	42.500.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Tocantins e PROFISCO II TO
2025	NDB 00110	NDB	Est. Paraíba	19/05/25	USD	60.949.600,00	Projeto de Infraestrutura Hídrica na Paraíba - Sistema Adutor Transparaíba - Ramal Curimataú
2025	NDB 00111	NDB	Mun. Serra/ES	12/06/25	USD	57.600.000,00	Programa de requalificação sustentável para o desenvolvimento e a mobilidade urbana - Requalifica Serra
2025	JICA BZ-P21	JICA	BNDES	23/06/25	JPY	30.000.000.000,00	Projeto de Apoio Emergencial em Resposta à Crise da COVID-19
2025	BID5452/OC-BR	BID	BNDES	01/07/25	USD	240.000.000,00	Programa BID-BNDES de Financiamento à Recuperação Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)
2025	BID5453/TC-BR	BID	BNDES	01/07/25	USD	10.000.000,00	Programa BID-BNDES de Financiamento à Recuperação Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)
2025	BID5975/OC-BR	BID	Est. Pernambuco	24/07/25	USD	32.800.000,00	Projeto de Transformação Digital da Justiça do Estado de Pernambuco
2025	BIRD9678-BR	BIRD	Est. Pernambuco	29/07/25	USD	90.000.000,00	Projeto de Saneamento Rural de Pernambuco e PROSAR-PE. Lei nº 18.730, de 02/12/2024

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Mutuário	Em milhões de R\$										
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	9.750,86	12.210,60	11.312,43	6.933,89	81.985,30
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	4.611,02	5.152,49	2.676,42	43.133,80
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	3.564,48	3.732,68	2.480,33	21.923,57
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	919,35	903,10	592,51	6.361,67
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	886,57	1.393,37	1.524,07	972,82	4.776,83
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	547,90	681,40	-	-	1.509,47
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	443,86	645,03	-	-	1.443,73
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	352,16	334,22	-	-	875,58
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	156,98	35,11	-	-	211,80	691,58
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	194,32	-	-	-	-	366,76
Alagoas	-	-	-	-	-	-	242,57	-	-	-	242,57
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	-	-	-	-	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	-	-	-	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	-	-	-	-	88,86
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	61,72	-	-	61,72
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	-	-	-	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	-	-	-	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	-	-	-	-	0,29
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	0,10	-	0,10
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	80,81	142,14	51,91	439,94
Taubaté - SP	-	-	-	-	-	-	32,06	65,50	73,44	33,27	204,27
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	-	-	-	-	61,41
Caucaia - CE	-	-	-	-	-	-	-	-	35,93	-	35,93
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	-	-	-	-	30,10
São José dos Campos - SP	-	-	-	-	-	-	-	-	24,41	-	24,41
São Gonçalo do Amarante - RN	-	-	-	-	-	-	-	-	7,95	15,18	23,13
Corumbá - MS	-	-	-	-	-	-	-	15,07	-	-	15,07
Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	-	-	-	-	-	11,95

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	-	-	-	-	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	1,56	-	-	-	-	7,93
Chapécó - SC	2,27	-	-	-	3,76	-	-	-	-	-	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	-	-	-	-	5,82
Iguatu - CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,47	2,47
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	-	-	-	-	1,68
Santanópolis - BA	-	-	-	-	-	-	-	0,24	0,41	0,58	1,23
Porto Nacional - TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,30	0,30
Paraná - TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12	0,12
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	12.291,41	11.454,57	6.985,80	82.425,24

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.